



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 191-C DE 2015
DO SENADO FEDERAL
(PLS Nº 501/13 NA CASA DE ORIGEM)

Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei Complementar nº
191-B de 2015 do Senado Federal (PLS
nº 501/13 na Casa de origem), que
"Altera a Lei Complementar nº 116, de
31 de julho de 2003, para explicitar
a incidência do Imposto sobre
Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
sobre o monitoramento e rastreamento
de veículos e carga".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera a Lei Complementar nº 116, de
31 de julho de 2003, para explicitar
a incidência do Imposto sobre
Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
sobre o monitoramento e rastreamento
de veículos e carga.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II do § 2º do art. 6º da Lei
Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar
com a seguinte redação:

"Art. 6º

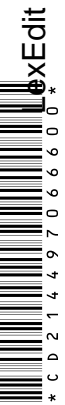
.....

§ 2º

.....



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo de Castro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214497066600>





II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa a esta Lei Complementar, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza;

....." (NR)

Art. 2º O item 11 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte subitem 11.05:

"11 -

.....

11.05 - Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser





proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2021.

Deputado RODRIGO DE CASTRO
Relator

